

Fundamentos de uma análise de classe neoweberiana

Richard Breen

Introdução

No projeto geral da "análise de classe" grande parte do esforço destina-se à definição de classe e ao delineamento das fronteiras entre as classes. Assim é necessariamente porque a análise de classe é "a investigação empírica das condições e correlários da existência de uma estrutura de classes definida *ex-ante*" (BREEN & ROTTMAN 1995b, p. 453). Começando com uma definição específica, os sociólogos podem avaliar em que medida questões como a desigualdade de oportunidades de vida entre indivíduos e famílias estruturam-se com base na classe. Essa abordagem difere de outra que conclui sobre uma estrutura de classe a partir da distribuição empírica da desigualdade social (que Sørensen (2000) rotula como abordagem de "classificações nominais"). Na análise de classe os fundamentos teóricos do conceito de classe utilizado têm que ficar claros desde o início, e o conceito operacionalizado de modo a permitir o teste empírico das afirmações que forem feitas sobre classe. Se examinarmos as duas principais variedades da análise contemporânea de classe – a saber, a marxista, especialmente ligada à obra de Erik Olin Wright e seus associados, e a neoweberiana, ligada ao uso do esquema de classe criado por John Goldthorpe – verificamos que aquelas duas necessidades são comuns a ambas.

Neste capítulo discutirei algumas das questões envolvidas na tentativa de fazer uma análise de classe dentro de uma ampla perspectiva weberiana. Começo delineando as próprias ideias de Weber sobre classe social, tais como apresentadas em *Economia e sociedade*. Isso servirá para estabelecer os parâmetros gerais em que opera a análise weberiana de classe e indicar os limites e extensão de suas ambições explanatórias. Prosigo discutindo, em termos bem genéricos, que tipo de operacionalização de classe é sugerida pela obra de Weber e traço,

então, o esquema de classe de Goldthorpe, amplamente considerado weberiano em sua concepção (p. ex., MARSHALL et al. 1988, p. 14). O capítulo termina com uma discussão de algumas das objeções que considero fundamentais a uma abordagem neoweberiana da análise de classe e alguns esclarecimentos sobre o que podemos esperar que uma classificação neoweberiana explique.

Classe social na obra de Max Weber

No capitalismo o mercado é o principal determinante das oportunidades de vida. Oportunidades de vida podem ser entendidas, na definição de Giddens, como "as oportunidades que um indivíduo tem de desfrutar dos 'bens' econômicos ou culturais socialmente criados que são típicos de uma determinada sociedade" (1973, p. 130-131) ou, de maneira mais simples, as oportunidades de acesso dos indivíduos a resultados tidos como raros e valiosos. Weber (1978 [1922], p. 302) escreve que "uma situação de classe é aquela em que se compartilha uma probabilidade típica de conseguir bens, ter uma posição na vida e encontrar satisfação interior": em outras palavras, membros de determinada classe desfrutam de oportunidades de vida comuns a essa situação. Se é isso que os membros de uma classe têm em comum, o que os coloca nessa posição comum? A resposta de Weber é que o mercado distribui as oportunidades de vida de acordo com os recursos que os indivíduos trazem a esse mercado, re-conhecendo que esses recursos podem variar de uma série de maneiras. Além da distinção entre donos de propriedades e despossuídos, há também variação segundo as qualificações particulares e outros bens. O importante, porém, é que todos esses bens têm valor no contexto de um mercado: daí identificar-se a situação de classe com a situação no mercado.

Uma consequência do reconhecimento de Weber da diversidade de bens que geram retornos de mercado é uma proliferação das classes possíveis, que ele chama de "classes econômicas". As classes sociais, no entanto, são em número muito menor, por se tratar de aglomerados de classes econômicas. São formadas não simplesmente com base no funcionamento do mercado: outros fatores intervêm e o que Weber destaca para especial atenção é a mobilidade social. "Uma classe social é formada pela totalidade das posições de classe, entre as quais a mobilidade individual e de gerações é fácil e típica" (WEBER, 1978 [1922], p. 302). Weber sugere que, por uma razão empírica, quatro grandes classes sociais podem ser identificadas no capitalismo, entre as quais a mobilidade social é rara e difícil, mas relativamente comum dentro delas. A primeira distinção é entre aqueles que detêm propriedade ou os meios de produção e aqueles que não os possuem. Esses dois grupos são internamente "diferenciados além disso [...] pelo tipo de propriedade [...] e o tipo de serviços que podem oferecer no mercado" (WEBER, 1978 [1922], p. 928), resultando quatro classes: os "grupos proprietários e empresariais dominantes"; a pequeno-burguesia; trabalhadores

com qualificações formais (classe média); e os trabalhadores não qualificados, a classe operária, cujo único bem é sua força de trabalho.

É bem sabido que Weber via a classe apenas como um aspecto da distribuição do poder na sociedade. Numa famosa definição, poder é "a probabilidade de um ator dentro de uma relação social estar em condição de exercer sua própria vontade apesar da resistência, apesar da base em que repousa essa probabilidade" (WEBER, 1978 [1922], p. 53). E os partidos e grupos de *status*, junto com as classes, são para Weber os principais fenômenos da distribuição de poder na sociedade. A distinção entre eles tem a ver com os diferentes recursos que cada um pode trazer para influenciar a distribuição das oportunidades de vida. Embora a inclusão num e noutro grupo se sobreponha, nenhuma dessas dimensões pode ser inteiramente reduzida a outra. Cada uma pode ser base para a ação coletiva, mas, segundo Weber, é mais provável que esse papel seja preenchido pelos grupos de *status* e os partidos do que pelas classes. A ação coletiva é a razão de ser dos partidos, enquanto a inclusão em um grupo de *status* está presente na consciência dos indivíduos provavelmente mais que a inclusão em uma classe, agindo assim como base para a ação coletiva. A manifestação de "consciência de classe" pelos membros de uma classe depende de certos fatores contingentes: está "ligada a condições culturais em geral [...] e especialmente à transparência das relações entre causas e consequências da situação de classe" (WEBER, 1978 [1922], p. 928-932). Oportunidades diferentes de vida, associadas à inclusão numa classe social, não levam por si mesmas à "ação de classe": isso pode ocorrer apenas quando são reconhecidos as "reais condições e os resultados da situação de classe".

Esta resenha dos escritos de Weber sobre classe social serve, com não menos importância, para estabelecer certos limites às ambições de uma análise weberiana de classe. Talvez o mais importante seja não supor que padrões de mudança histórica possam ser explicados pela evolução das relações entre as classes, ao contrário do que postula o materialismo histórico marxista. Nem se supõe que as classes estejam necessariamente num conflito total em que os benefícios de uma ocorrem (ilegitimamente) às custas da outra. Com efeito, não há em Weber qualquer pressuposto de que a classe é a fonte principal de conflito na sociedade capitalista ou de que as classes necessariamente servem como fonte de ação coletiva. O foco, ao invés disso, é no mercado como fonte de desigualdades de oportunidades de vida, mas isso não quer dizer que uma abordagem weberiana considere os arranjos de mercado como coisa dada. Weber escreve que os próprios mercados são formas de ação social que dependem, para sua existência, de outros tipos de ação social, como uma certa ordem legal (WEBER, 1978 [1922], p. 930). Mas, para entender como os arranjos de mercado vêm a ser o que são, não se pode simplesmente focalizar as classes e as relações entre elas. A evolução das formas sociais é um processo complexo que pode ser conduzido por uma ampla variedade de fatores, como ilustra o próprio Weber em *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, onde se dá as ideias papel central no desenvolvimento do capitalismo moderno.

Os comentários de Weber sobre classe são bem fragmentários: em sua obra muito pouco se refere, por exemplo, a questões de conflito de classe¹. Assim, pode parecer por vezes mais fácil definir uma abordagem weberiana pelo que ela não é, em vez de por aquilo que é, e quase todo esquema de classes não reconhecidamente marxista pode ser considerado weberiano. Com efeito, as fronteiras entre as versões marxista e weberiana são elas próprias com frequência pouco nítidas. Mas, como espero mostrar, há um elemento que distingue um esquema weberiano de classe, o que determina tanto a maneira como devemos construí-lo quanto de que modo devemos avaliar seu desempenho como fator explicativo na análise de classe. Não vejo, porém, nenhum mérito em tentar seguir "ao pé da letra" os escritos de Weber (mesmo supondo que fosse possível fazê-lo), de forma que a abordagem que esboço aqui e que chamo de neoweberiana pode não ser a única que as próprias observações bastante assistemáticas de Weber sobre classe permitiriam gerar.

Os objetivos da análise de classe

Entendida como projeto geral, a análise de classe vê a classe como tendo potencial para explicar uma ampla gama de resultados e consequências. Um objetivo principal, claro, é examinar a relação entre situação de classe e oportunidades de vida, mas a análise de classe raramente se restringe a isso. Comumente a classe é vista como tendo várias consequências possíveis. Por compartilhar uma situação comum de classe, um conjunto de indivíduos tende a se comportar de maneiras similares: a situação de classe é um determinante das condições de ação do indivíduo, podendo-se esperar ações semelhantes entre aqueles que têm condições similares de ação (cf. WEBER, 1978 [1922], p. 929). Mas deve-se distinguir isso de um comportamento com consciência de classe, que pode ocorrer quando, como diz Weber, indivíduos se tornam conscientes das "ligações entre as causas e as consequências da situação de classe".

Em princípio, portanto, não apenas a variação nas oportunidades de vida, mas também em toda uma série de ações, comportamentos, atitudes, valores e assim por diante pode ser encarada como algo que a classe pode ajudar a explicar. Mas a relação entre as classes e suas implicações não pode simplesmente ser uma questão empírica: deve haver alguma teoria ou argumento que esclareça por que as classes, definidas de determinada maneira, são relevantes para explicar

1. Cf. Weber, 1978 (1922), p. 302-305. O desenvolvimento de ideias neoweberianas sobre "fechamento", exclusão e usurpação de classe, associadas à obra de Parkin (1979) e Murphy (1988), baseia-se muito mais na discussão de Weber sobre grupos de *status* do que sobre classes. Ele escreve que "não muito de forma geral pode ser dito sobre os tipos mais específicos de antagonismo entre classes" (1978 [1922], p. 930) – o que, para mim, quer dizer que, embora haja conflitos entre classes, eles não seguem uma forma geral e são, ao contrário, condicionados por circunstâncias históricas específicas.

essas consequências e, em especial, para explicar a variação nas oportunidades de vida. É um ponto ao qual voltaremos neste capítulo. Mas agora volto à questão de como podem ser operacionalizadas as ideias de Weber sobre classe social.

O desenvolvimento de um esquema de classe weberiano

Para um weberiano, a classe é importante porque liga a posição dos indivíduos nos mercados capitalistas à desigualdade na distribuição de oportunidades de vida. Como vimos, variações na posição de mercado surgem com base em diferenças na posse de bens relevantes para o mercado. Uma abordagem possível na construção de um esquema de classe de inspiração weberiana pode ser o de agrupar indivíduos que possuam os mesmos bens ou bens similares. Afinal, Weber define “situação de classe” como sendo a partilha de um “componente causal específico de... oportunidades de vida” (1978 [1922], p. 927) e por isso parece razoável definir as classes a partir desses componentes causais de oportunidades de vida. Nesse sentido, as variáveis explicativas numa função neoclássica de rendimentos serviriam para delinear ao menos algumas classes.

Na verdade, tal abordagem do estudo de classe não é geralmente adotada – porque o importante não é a posse de bens *per se*, mas sua implementação no mercado. Por muitas razões, não há uma relação determinística entre os recursos que os indivíduos trazem ao mercado e o que recebem em troca. O foco muda, portanto, para a situação de mercado e a identificação de um conjunto de posições estruturais que podem ser agrupadas como classes. Como coloca Sørensen (1991, p. 72), classes são “conjuntos de posições estruturais. As relações sociais em mercados, especialmente em mercados de trabalho, e nas empresas definem essas posições. As posições de classe existem independentemente dos ocupantes individuais dessas posições. São ‘lugares vagos’”. A questão em todas as formas de análise de classe é como – em que base – deveríamos distinguir essas posições.

Uma maneira de abordar a questão seria começar perguntando o que é que classe deve explicar. Se o objetivo primordial de um esquema de classe é captar como as relações sociais dentro dos mercados e empresas moldam as oportunidades de vida, então as classes poderiam ser definidas de modo a maximizar a relação estatística entre elas e a distribuição de oportunidades de vida. Tal abordagem pode ser vista como estando a meio-caminho entre as classificações puramente indutivas (“nominais”, na terminologia de Sørensen) e aquela mais geralmente adotada na análise de classe. Não sei de qualquer esquema que siga essa prática, mas algo similar foi sugerido como método para construir escalas de distância ou domínio social (PRANDY, 1999; RYTINA, 2000). Alternativamente, o princípio sobre o qual se definem as classes pode ser visto como uma teoria de como as relações nos mercados e empresas estão ligadas à distribuição das oportunidades de vida. Seja como for, os limites que traçamos para cate-

gorizar posições nas empresas e nos mercados de trabalho deveriam se proclamar a classificação que melhor capta as distinções relevantes para explicar a variação, neste caso, das oportunidades de vida. Mas isso levanta a possibilidade de que, se nosso propósito é saber de que maneira a posição no sistema produtivo influencia, digamos, o comportamento eleitoral ou algum tipo de ação coletiva, então um princípio bem diferente possa ser apropriado.

A única característica definidora da análise de classe de inspiração weberiana é que as classes são de interesse na medida em que moldam as oportunidades de vida, de forma que a segunda estratégia é a que se segue na construção de um esquema neoweberiano. No entanto, como fato empírico, acontece que tais esquematizações mostram-se mesmo com frequência boas previsoras de uma ampla gama de comportamentos, ações, atitudes, preferências, e assim por diante. A análise de classe deveria, portanto, explicar não apenas por que certas distinções de posição nos mercados de trabalho e nas empresas levam a diferenças nas oportunidades de vida, mas também por que uma categorização de posições desenvolvida com esse propósito explica variações em uma série de consequências diferentes. Mas antes de levar adiante essa questão, pode ser útil colocar a discussão em base mais concreta examinando um esquema de classe geralmente considerado neoweberiano.

O esquema de classe de Goldthorpe

O esquema de classe desenvolvido por John Goldthorpe e colaboradores (GOLDTHORPE, 1980; ERIKSON; GOLDTHORPE & PORTOCARRERO, 1979; ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992) foi extensamente usado na análise de classes nos últimos vinte anos². Inicialmente, foi apresentado como um esquema que distinga as ocupações ou atividades com base nas suas situações de mercado e trabalho. Situação de mercado refere-se às fontes e níveis de renda de uma atividade ou ocupação, as condições de emprego a ela associadas, seu grau de segurança econômica e as chances de progresso econômico para os que a exercem. Situação de trabalho refere-se à localização de uma atividade dentro dos sistemas de autoridade e controle do processo de produção (GOLDTHORPE, 1980, p. 40). Ocupações que tipicamente partilham situações comuns de mercado e trabalho constituiriam classes, e os ocupantes de diferentes classes desfrutariam de oportunidades de vida diferentes.

Em seu trabalho posterior, no entanto, Goldthorpe apresentou um conjunto de princípios ligeiramente diferente no qual se baseia o mesmo esquema de classe. “O objetivo do esquema de classe é diferenciar posições dentro dos mer-

2. Há muitíssimas descrições do esquema de Goldthorpe, porém a mais clara e detalhada encontra-se em Erikson e Goldthorpe (1992, cap. 2), enquanto Goldthorpe (2000, cap. 10) traz extensa discussão das razões do esquema.

cados de trabalho e das unidades de produção ou, mais especificamente [...] diferenciar tais posições em termos das relações de emprego que implicam” (ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992, p. 37). Agora, considera-se que as classes identificam dois tipos de distinções: de um lado, entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que não os possuem e, de outro, entre estes últimos de acordo com a natureza de suas relações com o empregador. A importante dicotomia aqui é entre posições reguladas por um contrato de trabalho e aquelas reguladas por uma relação de “serviço” com o empregador. Um contrato de trabalho estabelece uma troca bem específica de salário por esforço e o trabalhador é relativamente vigiado de perto, enquanto a relação de serviço é mais a longo prazo e envolve uma troca mais difusa.

A base para essa distinção é o problema que os empregadores enfrentam de garantir que seus empregados ajam no melhor interesse da empresa. Os empregados sempre têm ao menos algum discernimento sobre a maneira como desempenham seu trabalho – seu nível de diligência, que grau de responsabilidade ou iniciativa exercem, e assim por diante (GOLDTHORPE, 2000, p. 212) –, e, portanto, a questão para o empregador é garantir que esse discernimento seja exercido a seu serviço. Como isso se faz depende do tipo de trabalho que o empregado executa, de modo que a solução do problema é firmar contratos de emprego moldados para diferentes tipos de trabalho.

As dimensões cruciais através das quais o trabalho é diferenciado, de acordo com Goldthorpe, são o grau de “especificidade do bem” envolvido e a dificuldade de monitoramento (GOLDTHORPE, 2000, p. 213). Especificidade do bem refere-se ao grau de qualificação, especialização ou conhecimento que um trabalho requer, em comparação com trabalhos cujos requisitos são habilidades gerais, não específicas. No primeiro caso, um empregado tem que ser persuadido a investir nessas qualificações, embora possam não ter valor algum para ele em uma outra firma ou ocupação. Mas também, uma vez adquiridas pelo empregado essas qualificações, o empregador precisa garantir ao máximo sua permanência na empresa, se tais qualificações não puderem ser adquiridas no mercado livre de trabalho. As dificuldades de monitoramento surgem quando o empregador não pode, com um grau de clareza razoável, avaliar em que medida o empregado trabalha no interesse da empresa. É o clássico “problema do agente e da direção”. Em certos trabalhos o empregado tem apreciável autonomia e discernimento de como realizar exatamente as tarefas que o serviço exige e, assim, enquanto o agente (o empregado) sabe se está trabalhando no interesse da firma, quem o dirige (o empregador) não sabe. Essa assimetria na informação estimula o agente a agir em seu próprio interesse quando há conflito com a direção.

Problemas quanto a qualificação e monitoramento dos recursos de produção são enfrentados com a criação, nas relações de serviço, de incentivos para persuadir os empregados a agir nos interesses do empregador. Tais estímulos devem

alinhar os interesses das duas partes, o que é feito estabelecendo-se uma ligação “entre, de um lado, o compromisso dos empregados com a busca efetiva de metas organizacionais e, de outro, seu sucesso na carreira e bem-estar material permanente” (GOLDTHORPE, 2000, p. 220). Para assegurar isso, elementos essenciais devem ser previstos no contrato de trabalho: “por exemplo, uma escala determinada de aumentos salariais, garantias previdenciárias [...] direitos de aposentadoria e pensão [...] e [...] oportunidades de carreira bem-definidas” (ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992, p. 42). No que concerne às dificuldades de supervisão ou monitoramento, essa é uma solução comum na literatura sobre a teoria dos jogos: a tentação de abandonar quando se consegue um ganho a curto prazo é contornada pela perspectiva de recompensas maiores a longo prazo como fruto da cooperação.

Sempre se encontra o contrato de trabalho onde não há problemas quanto a monitoramento ou especificidade de recursos. Nesse caso, mesmo se o serviço exige qualificações específicas, elas são em geral prontamente disponíveis no mercado de trabalho. Os problemas de supervisão ou monitoramento estão em larga medida ausentes porque aquilo que o empregado faz a serviço do empregador e o que efetivamente produz é imediatamente observável. Não há portanto necessidade de qualquer tipo de incentivo à relação de serviço. De acordo com Goldthorpe, as duas características definidoras do contrato de trabalho são o pagamento por quantidades de trabalho específicas discerníveis e a ausência de quaisquer esforços para tentar garantir uma relação a longo prazo entre as partes.

Como fica o esquema de classe resultante? Há uma classe de autônomos e pequenos empregadores (pequeno-burguesia), rotulada de classe IV (a classificação usa numerais romanos). Esta é subdividida, primeiro, por setores, de modo que a IVc engloba os agricultores e “outros trabalhadores autônomos na produção primária”, e depois entre empregadores fora da agricultura e os trabalhadores autônomos; a IVa compreende os pequenos proprietários que têm empregados³ e a IVb os que não os têm. As classes restantes são as de empregados, de modo que o formato dessa parte da estrutura depende de quais ocupações são caracterizadas por qualificação específica ou dificuldades de monitoramento, ambas as coisas ou nem uma nem outra. As classes I e II são formadas por aquelas ocupações que mais claramente apresentam relações de serviço: a distinção entre elas é uma questão de grau. Assim, a classe I compreende os profissionais, trabalhadores administrativos e gerenciais de nível mais elevado, e a classe II os de nível inferior. Nessas ocupações surgem problemas tanto de monitoramento quanto de especialização de recursos ou qualificação. No outro extremo, membros das classes VI (trabalhadores manuais qualificados) e VII (trabalhadores manuais não especializados) têm bem claramente um contrato de trabalho com o empregador. A classe VII é ela mesma dividida também setorialmente: VIIb são os trabalhadores agrícolas não qualificados, VIIa são os

3. Aplicada ao Reino Unido, a classificação significa nesse aí menos de 25 empregados.

trabalhadores não qualificados fora do setor agrícola. O contrato de trabalho é também comum para trabalhadores em ocupações definidas como de "nível inferior", os serviços manuais rotineiros (classe IIIb). Tais ocupações incluem "os níveis inferiores de emprego em escritórios, lojas e outros serviços: operadores de máquinas, balconistas, atendentes etc." (ERIKSON & GOLDTHORPE 1992, p. 241). As classes restantes, IIIa (ocupações rotineiras não manuais de nível mais elevado) e V (ocupações técnicas e manuais inferiores de supervisão), "compreendem posições associadas a relações de emprego que parecem assumir tipicamente uma forma bastante mista" (ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992, p. 43). Mas essa forma mista ocorre por diferentes razões em cada caso. As ocupações em IIIa (típicas de atendentes, secretárias e outras funções da rotina administrativa) de modo característico não exigem qualificação específica, mas apresentam algumas dificuldades de monitoramento, ao passo que as da classe V têm a combinação oposta. As ocupações da classe IIIa desfrutam de muitos elementos das relações de serviço, mas com frequência carecem de uma estrutura clara de carreira, ao passo que as da classe V dispõem dessa estrutura, mas são monitoradas de forma relativamente estreita e remuneradas de acordo com o número de horas de trabalho. As possíveis combinações de qualificação e dificuldades de monitoramento, com as classes que as caracterizam, são ilustradas na Figura 2.1, extraída de Goldthorpe (2000, p. 223). Para o desenvolvimento desse esquema Goldthorpe bebeu fundo na literatura sobre economia organizacional e, com efeito, há muitas semelhanças entre o "salário por eficiência" (AKERLOF, 1982) e o contrato de serviço. Os contratos de trabalho são vistos como um instrumento pelo qual as partes tentam garantir a viabilidade do empreendimento e aumentar o valor total do contrato em benefício de ambas (GOLDTHORPE, 2000, p. 210). Uma crítica que pode ser feita a essa abordagem é que ela dá peso demais aos argumentos de eficiência e despreza questões ligadas ao equilíbrio de poder entre empregadores e empregados. Colocada sob a forma de simples exemplo, uma ocupação específica ou um grupo de ocupações pode desfrutar de alguns elementos das relações de serviço não porque isso maximize a eficiência, mas porque a força de barganha dos trabalhadores permite que conquistem esses elementos sob a forma de rendimento. Parece bem plausível aventar que mudanças ocorridas nos últimos vinte anos nos termos e condições que regem muitos empregos – e, em alguns casos, a perda de certos aspectos da relação de serviço – podem ser atribuídas à posição de barganha geralmente mais fraca dos trabalhadores face aos empregadores tanto quanto, digamos, a mudanças nos requisitos de habilitação para esses trabalhos ou nas possibilidades de monitorá-los (BREEN, 1997). Se estes argumentos estão corretos, eles sugerem que a localização de classe de uma ocupação não decorre tão tranquilamente assim de uma consideração de eficiência e que, ao explicar qualquer estrutura de classe determinada, deve-se dar também atenção a outros fatores historicamente contingentes.

Na sua forma mais desagregada, o esquema Goldthorpe identifica onze classes. Na sua obra sobre a Inglaterra e Gales e em muitas outras aplicações, Goldthorpe emprega uma versão em sete categorias, ao passo que a versão mais agregada que mesmo assim parece preservar as distinções essenciais do esquema é provavelmente uma classificação em quatro categorias: as classes de serviços (I e II), intermediárias (IIIa e V), da pequeno-burguesia (IV) e com contrato de trabalho (IIIb, VI e VII). Os vários agregados do esquema são ilustrados na Tabela 2.1.⁴ O que está surpreendentemente ausente no esquema é uma classe de grandes empregadores – a alta burguesia. Hoje em dia os grandes empregadores tendem a ser organizações e não indivíduos, mas os grandes empregadores individuais que existem são colocados na classe I. Erikson e Goldthorpe (1992, p. 40-41) justificam essa prática com base em dois argumentos. Primeiro, tais indivíduos são geralmente proprietários de empresas que diferem dos proprietários pequeno-burgueses mais do ponto de vista legal do que de modo substancial. Eles são colocados na classe I em vez da IV porque "na medida em que esses grandes proprietários tendem a estar extensamente envolvidos tanto em atividades empreendedoras quanto gerenciais, podem ser vistos como tendo afinidade ainda maior com os administradores assalariados que se encontram na classe I que possuem participação substancial na propriedade das empresas em que trabalham". Mas esse argumento é pouco convincente pela simples razão de que os grandes proprietários não têm a relação de serviço com um empregador que define essa classe. Com base nisso, seriam melhor posicionados na classe IV. Em segundo lugar, os grandes proprietários ou empregadores respondem por "cerca de 5% de todos os homens situados na classe de serviços (quais sejam as classes I e II) nas sociedades industriais do Ocidente e não podem [...] ser vistos realmente como membros de uma elite capitalista [...]. Em vez disso, um exame os revela bem tipicamente como donos de lojas, hotéis, restaurantes, postos e oficinas mecânicas, pequenas fábricas ou empresas de transporte" (GOLDTHORPE, 1990, p. 435). A parcela de proprietários na classe de serviços seria presumivelmente ainda menor, mas este argumento tende a reforçar o ponto de vista de que a classe IV, não a I, seria a localização adequada. É claro, aliás (e supondo que a proporção de grandes proprietários em dados de pesquisa reflita sua proporção na população), os grandes proprietários são tão escassos que sua inclusão na classe I ou na classe IV muito provavelmente não teria consequência

4. Pode parecer estranho que a versão do esquema em sete categorias coloque as classes IIIa e IIIb juntas. No entanto essa versão foi inicialmente usada por Goldthorpe na sua análise da mobilidade social entre os homens na Inglaterra e em Gales. A versão usada posteriormente por Erikson e Goldthorpe, embora diferisse ligeiramente das sete categorias exibidas na Tabela 2.1, também faziam amálgama das classes IIIa e IIIb, mas ela também foi desenvolvida para a análise da mobilidade masculina. Relativamente poucos homens ocupam posições em IIIb e as que ocupam são tipicamente mais próximas daquelas em IIIa do que as posições ocupadas por mulheres. Assim, no seu capítulo sobre a mobilidade feminina, Erikson e Goldthorpe (1992, cap. 7) colocam a classe IIIb junto com a classe VII.

para quaisquer conclusões que se possam tirar, por exemplo, sobre as desigualdades de chances de mobilidade social. Todavia, situá-los na classe I (em vez, digamos, de uma nova subdivisão da classe IV) leva de fato a uma inconsistência entre os postulados teóricos do esquema e sua aplicação.

Figura 2.1 Dimensões do trabalho como fontes de risco contratual, formas de contrato e localização das classes de empregados no esquema (DE GOLDTHORPE, 2000, p. 223, Figura 10.2).

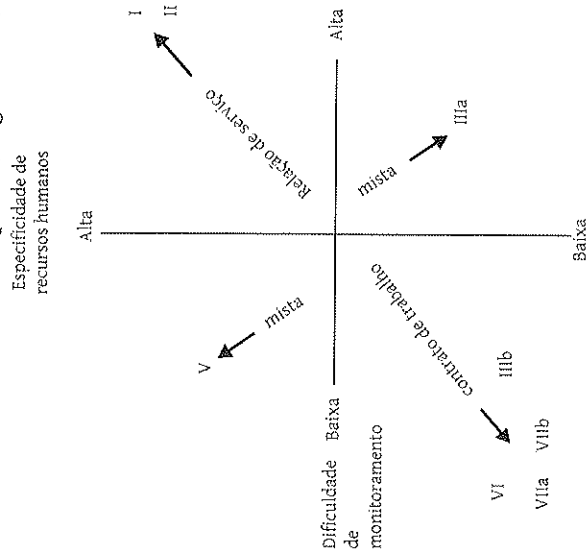


Tabela 2.1 Agregações possíveis do esquema de classe de Goldthorpe

Versão com 11 classes (máxima desagregação)	Versão com 7 classes	Versão com 4 classes
I Classe superior de serviços	I Classe superior de serviços	I + II Classe de serviços
II Classe inferior de serviços	II Classe inferior de serviços	
IIIa Empregados de rotinas não manuais de nível mais alto	III Rotinas não manuais	IIIa + V Classe intermediária
IIIb Empregados de rotinas não manuais de nível mais baixo		IIIb + VI + VII Classe manual
IVa Pequenos proprietários com empregados	IV Pequeno-burguesia	IV Pequeno-burguesia
IVb Pequenos proprietários sem empregados		
IVc Agricultores e outros trabalhadores autônomos do setor primário de produção		
V Supervisores de trabalhadores manuais e técnicos de nível inferior	V Técnicos e supervisores	IIIa + V Classe intermediária
VI Trabalhadores manuais qualificados	VI Trabalho manual qualificado	IIIb + VI + VII Classe manual
VIIa Trabalhadores manuais não qualificados ou semiquilificados fora do setor agrícola	VII Trabalho manual não qualificado	
VIIb Trabalhadores manuais não qualificados ou semiquilificados do setor agrícola		

A mudança da primeira formulação do esquema de classe de Goldthorpe para a posterior não tem quaisquer consequências operacionais: isto é, a distribuição das ocupações por classes permaneceu inalterada (abordamos isso a seguir). Além do mais, pode-se argumentar que é possível reconciliar as duas formulações no nível teórico, uma vez que são as diferenças de posições na natureza do contrato de emprego que dão origem às variações na situação de trabalho e de mercado que eram relevantes na primeira versão. Em ambos os casos, supõe-se que as distinções captadas no esquema produzem diferenças nas oportunidades de vida: a situação de classe é determinante de "experiências de afluência ou dificuldades, de segurança ou insegurança econômica, de perspectivas de progresso material contínuo ou de duras limitações materiais" (ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992, p. 236).

Apesar dos protestos de Goldthorpe, há alguma razão em rotular o seu esquema de "neoweberiano", uma vez que compartilha o foco weberiano nas oportunidades de vida e a modestia weberiana quanto ao alcance da análise de classe⁵. O propósito do esquema é permitir a investigação das "interconexões definidas pelas relações de emprego nos mercados de trabalho e nas unidades de produção [...] os processos pelos quais os indivíduos e as famílias são distribuídos e redistribuídos entre essas posições ao longo do tempo; e as consequências disso para suas oportunidades de vida" (GOLDTHORPE & MARSHALL, 1992, p. 382). Além do mais, o esquema de classes não reivindica a identificação de grupos que agem como "o motor da mudança social" nem supõe que as classes tenham relações de exploração umas com as outras, nem que os seus membros desenvolvam automaticamente uma consciência de classe e se engajem na ação coletiva (GOLDTHORPE & MARSHALL, 1992, p. 383-384).

O problema da fronteira na análise de classe neoweberiana

Um esquema de classe neoweberiano é um conjunto de princípios que atribui posições às classes, de modo a captar as dimensões mais amplas de diferenciação nos mercados de trabalho e unidades de produção que têm consequências na distribuição de oportunidades de vida. Ao avaliar um esquema de classe neoweberiano ou qualquer outro, é importante traçar uma distinção entre as críticas às suas bases conceituais ou teóricas, de um lado, e a sua aplicação específica, de outro, ainda que objeções em ambos os níveis possam em última análise ser feitas empiricamente. Uma objeção frequente a essas classificações é a se-

5. A relutância de Goldthorpe em identificar seu esquema de classe como weberiano é bem conhecida. Embora reconhecendo que os princípios do esquema foram largamente baseados em Marx e Weber, ele escreve que "nossa abordagem tem sido com frequência mencionada e discutida como 'weberiana', mas não consideramos isso particularmente informativo ou de outra forma útil: [...] são as consequências, não os antecedentes, que importam" (ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992, p. 37, nota p. 10).

guinte: dada a diversidade aparentemente enorme de posições nos mercados de trabalho e nas organizações econômicas, como pode um esquema de classe tal como o de Goldthorpe, especialmente um com número relativamente pequeno de classes, reivindicar que dá conta das distinções importantes entre as posições que têm consequências na distribuição das oportunidades de vida entre os que as ocupam?⁶

Uma resposta a isso é dizer que a variação nas oportunidades de vida entre os indivíduos ou famílias de uma mesma classe não é em si mesma objeção teórica a um esquema neoweberiano de classe, uma vez que as oportunidades de vida de uma pessoa dependem de uma série de fatores além da situação de classe. As diferenças de oportunidades de vida entre integrantes da mesma classe deveriam ser vistas, portanto, não como diferenças de classe *per se*, mas como diferenças baseadas em outros fatores. Mas pode-se fazer também a objeção de que o conjunto de princípios escolhido não é ótimo, ou seja, há outro conjunto de princípios que faz melhor o serviço (e que pode levar, embora não necessariamente, a uma classificação de ocupações mais refinada). Pode-se argumentar, por exemplo, que uma escala de prestígio ocupacional capta melhor as diferenças de posições que são importantes para as oportunidades de vida. Ou as próprias ocupações poderiam ser vistas como grupos cujas oportunidades de vida são mais nitidamente distinguíveis do que ocorre com as classes. Confrontar essa objeção exigiria tanto esclarecimento conceitual quanto análise empírica. Primeiro, poderiam arguir que mecanismos explicam a variação nas oportunidades de vida com base nessas fontes. No caso do esquema de Goldthorpe, a forma da relação de trabalho tem consequências para as oportunidades de vida em função de diferentes recompensas e estímulos ligados a cada tipo de contrato. Segundo, poderiam questionar como as posições se distinguem dessa maneira. No esquema de Goldthorpe, os dois tipos de contrato de trabalho são tentativas de solução dos problemas de qualificação e monitoramento do empregado. Princípios alternativos para a construção de classes deveriam então ter mecanismos subjacentes de ambos os tipos com pelo menos o mesmo grau de plausibilidade. Por fim, passaríamos a testes empíricos. Dada a opção entre duas classificações teoricamente fundamentadas, uma análise empírica perguntaria qual delas teria melhor previsão das oportunidades de vida, levando em conta ao mesmo tempo o equilíbrio entre abrangência e parcimônia explicativas.

Objeções desse tipo são fundamentais e diferentes das que se poderia fazer contra uma operacionalização específica de um conjunto de princípios subja-

centes sobre os quais tanto críticos quanto defensores poderiam estar de acordo. Com efeito, na sua obra, Erikson e Goldthorpe (1992) oscilam entre as versões de sete, cinco e três classes⁷ do esquema Goldthorpe e na verdade nunca empregam plenamente as onze categorias. Eles observam que "ao mesmo tempo em que se preserva a ideia subjacente do esquema de que as classes são definidas pelas relações de trabalho [...] a diferenciação [das classes] [...] poderia obviamente ser muito estendida se houver boa razão para tal" (ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992, p. 46, nota p. 18). Isso é consistente com a afirmação deles de que o esquema de classe é um instrumento de trabalho e não um mapa definitivo da estrutura de classe.

Apesar do fato de que as posições são distribuídas pelas classes segundo sua relação com os meios de produção e, depois, o tipo de relação de trabalho que apresentam, o esquema Goldthorpe nunca foi na verdade operacionalizado com a mensuração dessas características e a distribuição das posições por classes a partir daí. Em vez disso, as ocupações são distribuídas por classes com base no conhecimento de suas típicas relações de trabalho. O que obedece a razões pragmáticas. Um benefício importante é que os dados já coletados podem ser codificados no esquema. Foi o que ocorreu com os conjuntos de dados nacionais do Projeto Casmin (sigla em inglês para Análise Comparativa da Mobilidade Social em Nações Industriais), que gerou a obra *The Constant Flux* (ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992). O que não quer dizer que as mesmas ocupações têm que ser sempre atribuídas às mesmas classes. As ocupações podem mudar sua distribuição pelas classes com o tempo, podendo ainda a mesma ocupação corresponder a diferentes classes em países diferentes (algo que parece ter sido reconhecido no Projeto Casmin; cf. ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992, p. 50-51).

Mas como o tipo de relação de trabalho é definido por uma série de aspectos diversos (aumentos salariais, direitos previdenciários, garantias e segurança estão entre os listados por Erikson e Goldthorpe), surge a questão de saber em que medida eles de fato ocorrem juntos nas ocupações. Se, por exemplo, essas dimensões das relações de trabalho se interligarem de maneira apenas frágil, isso colocaria em questão a operacionalização dos conceitos subjacentes sob a forma de classes. Evans e Mills (1998) abordam a questão usando dados de pesquisa britânica coletados em 1984 para analisar a relação entre nove indicadores das relações de emprego. Entre esses indicadores estão a exigência ou não de bater ponto em hora estabelecida, a forma de pagamento (por peça produzida, por hora de trabalho, segundo o desempenho etc.), a existência ou não de plano de

7. A versão de cinco agrupa as classes I, II e III numa única, a classe dos colarinhos brancos; a IVa e a IVb na pequeno-burguesia; a IVc e a VIIb na classe dos trabalhadores agrícolas; a V e a VI na dos trabalhadores qualificados; e deixa a VIIa isolada como a classe dos trabalhadores não qualificados. A versão de três classes junta a IVa e a IVb com a I, II e III para formar uma classe de trabalhadores não manuais; a V, a VI e a VII numa classe de trabalhadores manuais; e preserva a dos trabalhadores agrícolas (IVc e VIIb).

6. Weber transpõe essa objeção empregando dois conjuntos de critérios. Os membros de uma classe compartilham oportunidades de vida comuns, mas as classes sociais são feitas de classes entre as quais é comum haver mobilidade. Breiger (1982) aplica essa ideia para analisar uma tabela de mobilidade num grupo de dezessete ocupações, no qual tanto o padrão de mobilidade quanto a estrutura subjacente de classe (um agregado das dezessete categorias originais) são testados por sua adequação aos dados originais. Essa abordagem, no entanto, não foi amplamente seguida.

carreira e a possibilidade de o trabalhador decidir sobre o seu ritmo de trabalho. Eles aplicam a análise de classe latente a esses indicadores e descobrem quatro classes latentes. É indicação razoavelmente boa, então, de que esses diversos aspectos da relação de emprego não variam de forma independente: ao contrário, eles sobretudo ocorrem juntos em quatro combinações. Além disso, o exame do padrão das probabilidades de resposta para cada item em cada classe latente sugere a Evans e Mills que essas quatro classes correspondem aproximadamente a: assalariados de colarinho branco; gerentes e supervisores de nível inferior; pessoal de rotinas não manuais; e assalariados manuais. A primeira classe e a última podem ser vistas em posições polarizadas pelos tipos de serviço e relações de trabalho assalariado, com as duas outras em posições intermediárias. E, com efeito, Evans e Mills descobrem que há muita semelhança entre essas classes latentes e as dos que responderam à pesquisa de Goldthorpe: "78% do tipo latente I podem ser encontrados no I e II de Goldthorpe, com 95% correspondendo a I, II e IIIa. De forma similar, não menos que 89% do tipo latente 4 são encontrados no VI e VIIab de Goldthorpe e 96% no VI, VIIab e V" (EVANS & MILLS, 1998, p. 95). Eles argumentam que esses resultados indicam uma alta validade de critério do esquema, isto é, uma medida do sucesso em dividir "a estrutura ocupacional de modo a identificar importantes clivagens nas características de emprego que são consideradas teoricamente significativas por Goldthorpe e seus colegas" (EVANS, 1992, p. 213).

Numa análise posterior, Evans e Mills (2000) usam um conjunto muito maior e mais recente (1996) de dados britânicos e outro semelhante, mas não idêntico, de oito indicadores de relações de trabalho. Os resultados de sua análise latente revelam desta vez

Uma pequena classe latente (1), reunindo 8% a 13% da população, predominantemente remunerada com um salário e mais alguma outra forma de bonificação ou pagamento adicional, com probabilidades muito altas de não receber horas extras, tendo que dar aviso prévio de pelo menos um mês para demissão e com controle sobre os horários de entrada e saída do trabalho. Na outra ponta do espectro encontramos uma classe (3) de 35% a 45% da população e com as características opostas... Entre esses dois grupos há uma classe (2) de 45% a 52%, predominantemente assalariada, que em geral recebe hora extra, tem que dar mais de um mês de aviso prévio para demissão e com certa mescla de situações no que diz respeito ao controle do horário de trabalho (EVANS & MILLS, 2000, p. 653).

Não surpreende que identifiquem as classes latentes 1, 2 e 3, respectivamente, com prestadores de serviço, um grupo intermediário e trabalhadores contratados. Mas, neste caso, quando se voltam para a questão da validade de critério do esquema, Evans e Mills (2000, p. 657) concluem que há alguns problemas de operacionalização.

A maior parte da classe II de Goldthorpe não tem um contrato de trabalho típico de prestação de "serviço". A linha divisória entre os prestadores de serviço e o grupo intermediário parece correr antes na classe II do que entre esta e a classe IIIa. Também estimamos que cerca de um terço dos empregados da classe I não tem um contrato de "serviço".

Iso lança dúvida sobre a sustentabilidade da prática de continuar se baseando inteiramente nos nomes das ocupações para fazer uma classificação empírica, ao menos no caso britânico e pelo menos com o propósito de situar a classe prestadora de serviços⁸. O intervalo de doze anos entre as coletas de informações dos dois conjuntos de dados usados por Evans e Mills sugere que houve um certo deslizamento recente entre os nomes das ocupações e a classe prestadora de serviços do esquema Goldthorpe. Uma suposição plausível é que uma inflação de títulos ocupacionais pode ter empobrecido seu papel de indicadores da natureza da relação de trabalho, por exemplo aumentando o uso de títulos como "gerente" para uma crescente diversidade de ocupações. Usar medidas diretas da relação de trabalho pode, de qualquer forma, trazer benefícios. Isso permitiria aos pesquisadores determinar quais dos elementos da relação estariam mais fortemente ligados a resultados de classe específicos, o que seria de óbvio interesse na tentativa de especificar os mecanismos que ligam a situação de classe a tais consequências. Com efeito, a ausência de qualquer explicação precisa sobre quais mecanismos ligam os tipos de relação de trabalho a variações nas oportunidades de vida é uma fragilidade notável do esquema. A obra de Evans e Mills mostrou em que medida o esquema capta distinções nas relações de emprego e muita pesquisa já evidenciou que a situação de classe está ligada a diferenças nas oportunidades de vida (e outras consequências). Mas o que geralmente tem faltado é uma explicação teórica de como tais diferenças podem ser consequência daquelas distinções e, a partir daí, submetê-las a teste empírico. O problema foi reconhecido por Goldthorpe e outros (ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992, cap. 11; BREEN & ROTTMAN, 1995b) e recentemente ele tentou abordá-lo (GOLDTHORPE, 2000, cap. 11). Para que esses mecanismos explicativos deem suporte a uma teoria específica de classe que esteja sendo construída, eles precisam, porém, discriminar teorias alternativas. Em outras palavras, os mecanismos que se pressupõem não devem ser de generalidade tal que sirvam tanto para explicar a ligação entre consequências quanto mais de uma teoria de classe. Esse, digamos, "requisito de especificidade" pode se revelar a condição mais difícil de satisfazer no desenvolvimento de uma convincente teoria de classe neoweberiana.

8. Uma dificuldade que se deve mencionar sobre essas análises, no entanto, é que elas obtêm informação dos empregados, cujas respostas podem muito bem ter a ver mais com suas próprias experiências e funções do que com as características da posição que ocupam (p. ex., em perguntas sobre a probabilidade de promoção). Informação sobre posições é melhor obtida com os empregadores.

Até agora discutimos as classes como agregados de posições, mais do que de indivíduos. O mecanismo implícito que liga posição de classe a oportunidades de vida é então, simplesmente, o seguinte: as oportunidades de vida do indivíduo derivam da específica posição de classe que ele ocupe (ou, tomando como perspectiva a vida toda, da sequência de posições que ocupe). Mas nem todos os indivíduos ocupam uma dessas posições e, nesse caso, as oportunidades de vida derivariam da relação entre o indivíduo e outros que ocupem uma posição na estrutura de classe. A situação de classe de uma criança deriva então de seus pais, e a situação de classe de uma mulher casada deriva convencionalmente da posição ocupada pelo marido. Mas as oportunidades de vida de alguém que não ocupa uma posição na estrutura de classe, por exemplo uma criança ou uma mulher casada que não trabalhe fora do lar, vão depender não apenas da posição ocupada pelos pais ou o marido, mas também da natureza da relação entre ela e os pais ou o marido. Em outras palavras, as relações intrafamiliares e domésticas interferem entre o mercado e as oportunidades de vida do indivíduo. Essa questão, claro, é exatamente como a que surge em estudos sobre desigualdade de renda em que considerações sobre a distribuição doméstica da renda raramente são abordadas de modo empírico.

Apesar desses argumentos, tratar todos os membros de um domicílio como integrantes da mesma classe é velha prática dos teóricos. Isso apresenta relativamente pouco problema quando apenas um membro do domicílio ocupa uma posição no mercado de trabalho, no típico arranjo em que o homem é responsável pelo ganha-pão da família, mas as dificuldades começam quando ambos os cônjuges trabalham fora. Alguns autores (como HEATH & BRITTON, 1984) querem preservar a ideia de que cada domicílio se inclui numa única classe, mas uma classe definida pela situação de ambos os cônjuges. Outros (p. ex., STANWORTH, 1984) argumentam que se deve considerar a situação de classe de cada cônjuge e que, em vez de considerar uma posição única da família na estrutura de classes, a situação domiciliar deveria ser tratada como uma função de ambas. Goldthorpe e seus colaboradores questionaram os dois pontos de vista. Eles argumentam que, como as mulheres têm carreiras tipicamente descontinuas no mercado de trabalho, as análises da mobilidade feminina tendem a registrar muita mobilidade de classe, em grande parte artificial. A unidade adequada para a análise de classe, é, portanto, o domicílio. E a classe a que o domicílio e seus membros pertencem deve ser determinada pela posição de qualquer dos cônjuges que tenha a ligação mais duradoura com o mercado de trabalho. Uma maneira de medir essa posição é a chamada abordagem de "dominância" (ERIKSON, 1984). Ocorre na prática que em geral o homem tem essa ligação mais duradoura. Entretanto, não se presume que seja sempre assim [...] não é difícil imaginar circunstâncias [...] em que a aplicação da abordagem de dominância pode levar a que muito mais famílias sejam identificadas

como pertencentes a uma classe com base na ocupação da mulher" (BREEN & ROTTMAN, 1995a, p. 166-167).

Uma maneira de conceitualizar essas abordagens divergentes é moldá-las de modo ligeiramente mais formal. Suponhamos que nosso objetivo seja explicar a variação de algum resultado Y , medido no nível individual ou da família (p. ex., o nível educacional alcançado por uma pessoa ou o padrão de vida de uma família) nos termos da classe social X , tendo duas possíveis medidas (uma para cada cônjuge de um domicílio), rotuladas X_m e X_w . Então os pontos discutidos acima se reduzem à questão da forma funcional da relação entre Y e X_m e X_w . Essa função pode ser expressa de forma bem geral como $Y = f(g(X_m, X_w))$, onde f especifica a forma da relação entre Y e $g(X_m, X_w)$ e g determina como X_m e X_w são tratadas na análise. A abordagem individual da inclusão em uma classe se defende um modelo que estabelece $g(X_m, X_w)$ igual a X_m e X_w , enquanto as chamadas abordagens convencionais especificariam g como um mapeamento dois para um de (X_m, X_w) para X . Na abordagem de dominância, por exemplo, $g(X_m, X_w)$ é a função que determina qual é o dominante, X_m ou X_w . Expressas dessa maneira, fica claro que muitas funções serviriam para g , que poderia, por exemplo, especificar uma relação entre uma classe latente X e dois indicadores, X_m e X_w . Essa pequena formalização oferece uma maneira de resolver esses problemas empiricamente. Considerando que uma análise neoweberiana de classe está preocupada com a distribuição das oportunidades de vida, pode-se querer determinar, dependendo da opção f , qual das possíveis formas funcionais de g daria mais conta da variação de oportunidades de vida dos indivíduos.

Conclusão

Uma abordagem neoweberiana da análise de classe assenta-se na construção de um esquema baseado em princípios que captam as dimensões principais da diferenciação de posições nos mercados de trabalho e nas unidades de produção, relevantes para a distribuição das oportunidades de vida. O princípio escolhido é a base teórica e o esquema de classe correspondente é sua operacionalização. Dado isso, pode-se seguir pelo menos duas linhas importantes de investigação empírica. Por um lado, podemos querer saber a que ponto a classe é de importância substantiva para explicar a variação de oportunidades de vida, particularmente em comparação com outras bases da desigualdade social, tais como grupo étnico, gênero, e assim por diante. E, claro, tal investigação pode ser ampliada para comparação da força dos efeitos de classe entre países e épocas. Por outro lado, a existência e força da relação entre classe e outros aspectos são também objetos para investigação empírica. Mas se é nas classes que se captam diferenças primordiais para a distribuição de oportunidades de vida, os membros de uma classe podem ter ou não comportamentos e atitudes semelhantes, participar ou não de ações coletivas etc. Na medida em que a va-

riação desses e outros aspectos pode ser atribuída à variação de oportunidades de vida ou ser determinada por fatores dos mercados de trabalho e do processo de produção que moldam tais oportunidades, encontraremos uma relação entre eles e as classes. Com muita frequência os laços causais entre oportunidades de vida e resultados como a ação coletiva são contingentes de outras circunstâncias e, nesse caso, como reconheceu Weber, pode haver ou não uma relação com a classe. Mas em muitos casos há um laço consistente entre oportunidades de vida e outros resultados. Voltando a um ponto que resaltei antes: se as oportunidades de vida determinam as condições em que certas coisas ocorrem – incluindo os interesses que as pessoas têm (e que podem expressar, digamos, através do voto) e os recursos de que dispõem (e que podem ser importantes, digamos, em moldar a realização educacional dos filhos) –, então as variações dessas coisas são estruturadas de acordo com a situação de classe. Mas suponha-se que em determinado caso não encontremos qualquer relação, como quando as classes não são consideradas base de nenhuma identidade comum, coletiva. Deveremos então concluir que a classe não é importante ou que a divisão de classes específica nesse caso é inadequada? Minha resposta é que as diferenças que levam a oportunidades de vida distintas não servem como base para a identidade coletiva. Mas o ponto importante é que esses últimos resultados não são constitutivos de um esquema neoweberiano de classe. Por exemplo, as chamadas ideias de classe *gemeinschaftlich* * – ou seja, as classes como comunidades subjetivamente reais – não são necessariamente parte da abordagem neoweberiana⁹.

Mas mesmo se esses outros resultados não são constitutivos da classe entendida no sentido neoweberiano, a importância da classe como conceito sociológico certamente depende da intensidade com que é relacionada a eles, assim como às oportunidades de vida. Se a classe não permitisse prever consequências relevantes, seria de pouco interesse. O que é claro, no entanto, é que em muitas áreas fundamentais ao esforço e busca sociológicos há pouca evidência de que esteja declinando a influência do conceito de classe: na verdade, há certa evidência de que sua influência cresce. A coletânea editada de Shavit e Blossfeld (1993) mostra que a influência das origens de classe na realização educacional das crianças não havia declinado ao longo do século XX em treze países desenvolvidos. Os ensaios publicados por Evans (1997) demonstram que o decantado “declínio geral do voto de classe” é uma descrição imprecisa das tendências desse fenômeno bem complexo e variável conforme o país. O voto de classe parece ter perdido força na Escandinávia, mas não há evidência temporal semelhante

* Comunitárias, em alemão no original [N.T.].

9. Com efeito, na própria obra de Goldthorpe e na dos que usam seu esquema de classe, dá-se hoje relativamente pouca atenção a questões de formação demográfica da classe e suas consequências (em contraste, p. ex., com a obra anterior de Goldthorpe [1980] sobre a mobilidade na Inglaterra e Gales). Em vez disso, o esquema de classe é agora empregado sobretudo como um meio para captar as desigualdades de oportunidades de vida.

na Alemanha, França e outros lugares. Por fim, no que se refere à mobilidade social, Breen e Goldthorpe (2001) mostram que na Grã-Bretanha, nas últimas duas décadas e meia do século XX, não houve mudanças quanto a que ponto as origens de classe ajudam a moldar os destinos. Essa influência era verdadeira até na definição da realização educacional e das habilidades individuais. Pode-se então adicionar esse resultado à evidência de estabilidade temporal a mais longo prazo nos padrões de mobilidade de classe na Europa relatada por Erikson e Goldthorpe (1992).